

Polícia: Erotismo no Poder Policial?

A experiência na atividade policial revela comportamentos pouco salientes normalmente, tanto por parte daqueles que a exercem quanto pelos "administrados" pelos "agentes do Estado" que são os policiais. Se a humanidade compreende menos da sua sexualidade do que daquela dos outros animais (menos psico-emocional e muito mais ou totalmente bioquímica...), a sociedade compreende menos ainda de uma espécie de "erotismo do poder policial" do que do poder genérico objetivado pelas instituições do Estado e dos seus símbolos de formalidade burocrática e investidura menos ou nada "fetichista" (toga, guarda-pó, etc.). Os homens cedo mostram isso, na idealização simbólica de "mocinhos e bandidos" nos folguedos da infância, o que Hollywood aprendeu a vender muito bem vendido, por milhões de dólares, falácia simulatória de apelo emocional reforçada pela vanidade pipoqueira e glamourosa de toda uma indústria pontuada historicamente pelos escândalos de seus "gigantes de pés de barro" – é difícil, senão mesmo impossível, até "fazer papel" de policial, menos ainda de policial herói...

A experiência do exercício da autoridade policial envolve uma relação direta "com o outro", e é marcada, em parte dessa relação entre policiais e administrados do Estado, por sutilezas e complexidades que alcançam profundidades abissais do psiquismo e da alma humana. Elas vão, em termos de empoderamento da autoridade policial, da mais completa submissão do outro até o enfrentamento total e letal, desumanizada e até mesmo demonizada a figura da autoridade policial. Policiais morrem por isso, muitas vezes sem saber que irão morrer, não pelo "trabalho" que estavam fazendo, mas sim pelo "símbolo" que estavam "representando" ao trabalhar. O "pai opressor" da metáfora edipiana? – Talvez...

O que pode ser uma experiência máxima, ao limite freudiano da emulação do "orgasmo do enfrentamento pelo enfrentamento", de conotação erótica para uns, pode ser um pesadelo neurótico interminável pela sensação de "vulnerabilidade simbólica" e "emasculação auto-imposta" para outros. Ser policial também é estar em algum lugar, mediano, no fio dessa navalha finíssima que empodera por um lado fálico e macho do "guerreiro predador", mas também expõe e comove uma alma humana feminina, delicada e sensível, "mãe de útero fértil", pelo outro. Eros e Tanatos convivem lado-a-lado nesse ofício que hoje está em julgamento em praça pública, junto com algemas, armas e até seus métodos seculares e universais de investigação...

Tais sutilezas e complexidades só podem ser compreendidas, em toda sua extensão, por aqueles que já estiveram expostos ao artefato ultra simbólico que é trajar um uniforme, colete ou outro símbolo equivalente qualquer, parte da parafernália que faz com que alguém seja identificado, "no meio do povo", como uma "autoridade policial". E tal qual no canto de Moraes Moreira (referindo uma praça...), a polícia é, sempre foi e será "do povo". DO POVO. Fetiche de poder reacionário para uns, ou de pseudo-emasculação político-ideológica revolucionária dissimulada para outros, esses símbolos e suas correspondências políticas nunca estiveram tão sob o escrutínio de um "voyeurismo empoderado" como o existente nos dias de hoje... E entender esse voyeurismo também nunca foi tão necessário, quando a comunidade de segurança pública é hoje virada e revirada como uma múmia frágil e milenar, em mãos de leigos aprendizes bárbaros do que seja arqueologia... É toda uma história da civilização e dos seus ordenamentos que é tentada desconstruir por alguns que, no hoje e agora, em fetichismo, buscam abrir ruidosamente o que é oculto, não compreendendo que, se assim o é, é pela simples razão de que oculto também é o crime e o desvio que opõe o Bem Comum da Nação.

Para quem gosta do tema em uma abordagem brasileira, bem mais inclusiva que a dos comentários acima, há o que recomendar. Trata-se da obra "Sexo e Poder", de autoria do atual ministro Guido Mantega, editada em 1979 em São Paulo pela Brasiliense. Talvez o próprio Mantega, em sua obra, auxilie e melhor explique a questão proposta no "testículo acima". Vale examinar, também, trabalho acadêmico de 3 de julho de 2000 em que Mantega é extensivamente citado pela Senhora Cynthia A. Custel, da Universidade Federal de Santa Catarina.[1][1]